



Índice

- 01** Instalação de universidade pública na Região Celeiro será discutida em Tenente Portela
- 02** Pretto: Convênio viabiliza moradia para quilombolas de Morro Redondo
- 03** Informe 9: Operação de desintrusão da Terra Indígena Awá-Guajá
- 04** Iniciados os trabalhos de construção da aldeia indígena
- 05** CNA pede respeito à lei na desintrusão da Terra Indígena Awa-Guajá
- 06** Índios Terena são destaque em livro
- 07** Indígena de 18 anos tem braço amputado após ser atingido por raio em Paranhos
- 08** Primeira reunião da Copai aborda violência contra mulher indígena
- 09** Índios liberam rodovia MA-280 em Montes Altos
- 10** Informe 10: Grupo de Acompanhamento da desintrusão da Terra Indígena Awá se reúne com trabalhadores rurais em Zé Doca
- 11** Acre constrói estrada em região habitada por índios isolados; indígenas denunciam caso ao MPF
- 12** Índios invadem fazenda em Itapebi; Um pessoa é morta
- 13** Pescadores do AM começam a receber seguro defeso com base no novo salário mínimo



- 14 Ministério da Justiça prorroga presença da Força Nacional no sul do Amazonas
- 15 MPF/AM: Justiça condena União e Funai a concluírem demarcação de terra indígena na zona rural de Manaus
- 16 Indígenas brasileiros convivem mal com as águas represadas
- 17 Quilombolas poderão ganhar centros de integração federal nas comunidades
- 18 Comunidade Quilombola inaugura viveiro do Projeto de Nascentes
- 19 O toque do maracá
- 20 Primeira reunião da Copai aborda violência contra mulher indígena
- 21 Programa da Norte Energia reforça saúde nas aldeias do Xingu
- 22 No AP, sete aldeias indígenas serão realocadas para obra da BR-156
- 23 Guaíra – Município repassa material escolar para escola indígena
- 24 MT – Demarcação de terras quilombolas é exigida em ação civil pública em Cáceres
- 25 O outro lado da história
- 26 Delegada confirma participação de filho de fazendeiro em crime contra quilombolas
- 27 vc repórter*: ministro da Saúde visita tribo indígena isolada no Pará
- 28 “Índios” invadem fazenda e promovem incêndio na Bahia
- 29 Acusada de matar índios em confrontos, Gaspem Seguranças será fechada
- 30 Índios denunciam que sementes estão se estragando na secretaria



Boletim de Notícias - Edição nº 12./ 2014

Brasília, 22 de janeiro de 2014.

Instalação de universidade pública na Região Celeiro será discutida em Tenente Portela

SÍTIO PROVÍNCIA FM, 21.01.2014

O setor de Km 10 da Terra Indígena do Guarita sedia nesta quarta-feira, a partir das 14 horas, um encontro que tratará sobre a instalação de um câmpus da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS).

A reunião terá a presença de representantes dos municípios de Tenente Portela, Miraguaí, Redentora e Erval Seco, além de entidades vinculadas às comunidades indígenas.

De acordo com o cacique Valdonês Joaquim, existem boas possibilidades de se conquistar um câmpus da universidade pública para a Terra Indígena do Guarita.



Boletim de Notícias - Edição nº 12./ 2014

Brasília, 22 de janeiro de 2014.

Pretto: Convênio viabiliza moradia para quilombolas de Morro Redondo

SÍTIO AGÊNCIA DE NOTÍCIAS ALRS, 21.01.2014

O líder da bancada do PT, deputado Edegar Pretto, comemora mais uma vitória que marca a história de resistência das famílias quilombolas de Morro Redondo, na região Sul do Estado. Na manhã desta terça-feira (21), foi assinado contrato de R\$ 1,9 milhão para construção de 57 casas do Programa Nacional de Habitação Rural, uma parceria da Caixa Econômica Federal, governo gaúcho e Cooperativa de Crédito Rural (Crehnor), que beneficiará cerca de 230 famílias.

Durante o ato, Edegar Pretto falou da luta das comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul, que por muitos anos ficaram excluídas das políticas de habitação. "No governo de Olívio Dutra tivemos a primeira experiência positiva na construção de moradias rurais. Depois, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, avançamos em nosso projeto de políticas sociais, que hoje segue com o governador Tarso Genro e a presidenta Dilma Rousseff", lembrou o parlamentar.

A construção das casas inicia-se em 10 de fevereiro, com previsão de entrega para o mês de outubro. O investimento é de R\$ 33,5 mil por família.

Participaram do ato o deputado federal Dionilso Marcon; o secretário de Habitação e Saneamento, Marcel Frison; o representante da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do (SDR) do Estado, Joel Souza dos Santos; o prefeito de Canguçu, Gerson Nunes; o vereador de Piratini, Lourenço de Souza; e lideranças políticas do município e região.

© Agência de Notícias

As matérias assinadas pelos partidos políticos são de inteira responsabilidade dos coordenadores de imprensa das bancadas da Assembleia Legislativa. A Agência de Notícias não responde pelo conteúdo das mesmas.



Informe 9: Operação de desintrusão da Terra Indígena Awá-Guajá
SÍTIO SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 21.01.2014

Foi concluída a entrega das notificações na região Sul da Terra Indígena Awá-Guajá. Divididos em equipes, quatro oficiais de justiça percorreram toda a área, acompanhados pela Funai, Força Nacional e Polícia Federal.



Foto: Edison Bueno/Funai

Até o momento, 174 notificações foram emitidas, incluindo para a Prefeitura Municipal de São João do Caru. O trabalho na região central da terra indígena já começou.

Para facilitar o acesso ao serviço fornecido pelo Incra, de cadastro das famílias no Plano Nacional de Reforma Agrária e inscrição no CadÚnico, foi instalada uma base no povoado do Caju. Apesar de terem sido entregues 153 notificações até o momento, o Incra observou o baixo número de cadastros: desde o início das notificações, apenas 14 foram realizados. O cadastro

no Incra é fundamental para o processo de seleção das famílias que poderão ser assentadas. O Incra também irá assegurar outros benefícios, como fomento para instalação e inclusão produtiva, vias de acesso e assistência técnica. Além da base do Incra instalada no Caju, os notificados poderão realizar o cadastro na base de São João do Caru.

A Operação é formada por uma equipe interministerial, composta pela Funai, Secretaria-Geral da Presidência da República, Ministério da Defesa (Exército e Força Aérea Brasileira), Polícias Federal e Rodoviária Federal, Força Nacional, ICMBio, Ibama, Gabinete de Segurança Institucional – ABIN, Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, Ministério do Desenvolvimento Agrário/Incra e INSS.

Disque 100

Quase 1.500 ligações já foram feitas para o serviço do Disque 100 para informações e denúncias sobre o processo de desintrusão da Terra Indígena Awá-Guajá.

Oferecido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o Disque 100 é um serviço que funciona 24 horas por dia, incluindo sábados, domingos e feriados. As ligações podem ser feitas de toda a região, por meio de discagem direta e gratuita, de qualquer terminal telefônico fixo ou móvel. Basta discar 100.

Fonte: Funai



Iniciados os trabalhos de construção da aldeia indígena

SÍTIO INDEPENDENTE 950 AM, 21.01.2014

Hoje foram iniciados os trabalhos de infraestrutura da construção da nova aldeia indígena, nas margens da BR-386. O consórcio formado pelas empresas Iccila-Planus venceu a licitação para a realização da obra que deve liberar os últimos dois quilômetros a serem duplicados na rodovia.

Segundo o representante do consórcio vencedor, o arquiteto Leandro Eckert primeiramente será realizado o trabalho de demarcação da área de construção da aldeia. "Temos que planejar e executar, isso leva uma demanda de tempo muito grande," explica o arquiteto Eckert.

Com orçamento de R\$ 8,54 milhões, as empresas serão responsáveis pela elaboração do projeto e pela construção de 29 casas de alvenaria, centro de reuniões para promover a cultura indígena, escola caingangue e casa de artesanato. O terreno comprado fica nos fundos da atual aldeia, cerca de 400 metros da rodovia. As empresas terão dois anos para realizar os serviços.

Esta foi a segunda tentativa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) de contratar uma empresa para a obra. Na primeira, a vencedora também foi a Iccila-Planus, porém o valor de R\$ 9,8 milhões foi rejeitado pelo elevado valor. A obra é essencial para que a Fundação Nacional do Índio (Funai) libere o trecho de dois quilômetros remanescentes, impossibilitado de ser duplicado, pois os índios moram atualmente próximos da pista. No entanto, a Funai ainda não se pronunciou a respeito do assunto.RG



CNA pede respeito à lei na desintrusão da Terra Indígena Awa-Guajá
SÍTIO FAMASUL, 21.01.2014

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, fez gestões e pediu providências ao Governo Federal para garantir que, no cumprimento do mandado judicial, determinando a desintrusão da Terra Indígena Awá-Guajá, no Maranhão, os direitos dos pequenos produtores rurais sejam respeitados.

“É preciso acompanhar de perto a situação de mais de mil famílias de agricultores ali instaladas para evitar violação de direitos como aconteceu há cerca de um ano durante o processo de desocupação da Terra Indígena Marãiwátsedé”, disse Kátia Abreu ao citar a desintrusão de produtores rurais de uma área ao norte do Mato Grosso (MT).

Desde o ano passado, a presidente da CNA vem mantendo contatos e cobrando providências do governo. Ela encaminhou ofícios ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, à Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Gleisi Hoffmann, ao Secretário Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, e à ministra Secretária de Direitos Humanos, Maria do Rosário. A todos, alertou que a execução de uma medida judicial não pode provocar violação de direitos.

Kátia Abreu encaminhou, ainda, correspondência ao presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Joaquim Barbosa, e ao Procurador Geral da República, Rodrigo Janot. A senadora solicitou a todos eles que enviem observadores ao Maranhão para acompanhar a retirada dos agricultores. A CNA está presente na região, onde o coordenador técnico do Instituto CNA, Arno Jerke Júnior, está fazendo gestões junto às autoridades locais em favor dos agricultores.

Responsabilidade - No entendimento da senadora Kátia Abreu, a CNA não pode se eximir da responsabilidade de acompanhar, no local dos acontecimentos, o processo de retirada dos agricultores da área indígena Awá-Guajá, sempre respeitando a determinação judicial.

A propósito, no ofício encaminhado ao ministro Gilberto Carvalho, a senadora manifestou sua preocupação de garantir direitos e evitar abusos de autoridade, deixando claro que a entidade “está atenta a cada etapa deste processo que envolve mais de mil famílias de pequenos agricultores”.

Fonte: CNA



Índios Terena são destaque em livro
SÍTIO JORNAL GGN, 18.11.2013

Professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR) há mais de 20 anos, a doutora Christiane Gioppo acaba de ter um capítulo sobre o trabalho desenvolvido com professores da etnia Terena em aldeias indígenas do Mato Grosso do Sul publicado no livro *Science Education: A Global Perspective*, do ICASE (Conselho Internacional de Associações de Educação em Ciências), entidade que reúne associações voltadas à Educação em Ciências do mundo inteiro e que tem sede em Londres. Publicado na Nigéria, o livro é uma coletânea de artigos de pesquisadores de vários países, entre eles Nova Zelândia, Portugal e Inglaterra.

O capítulo sobre os indígenas da etnia Terena é o único trabalho da América Latina divulgado na obra. No artigo, Christiane, em parceria com Michelle Bocchi Gonçalves, mestre em Educação pela UFPR e que fez parte do programa de educação ambiental aplicado junto aos Terena como voluntária, explica o modelo de formação de professores usado pelo ITTI junto as aldeias indígenas da região do município de Aquidauana. Sob coordenação da professora da UFPR/ITTI, um grupo de professores indígenas estão elaborando um livro na língua mãe dos Terena.

A produção da obra faz parte do Programa de Educação Ambiental (PEA) do projeto "BR-262 – Faço parte desse caminho" que é desenvolvido pelo Instituto Tecnológico de Transportes e Infraestrutura (ITTI) da UFPR. O livro "Lições Ambientais dos Terenas" ensinará as crianças indígenas por meio de poemas, trava-línguas, lendas, mitos e histórias reais. "O material reúne textos produzidos pelos próprios professores das aldeias. É o educador indígena que fala, explica e desenvolve atividades sobre sua própria cultura e não uma pessoa de fora. Ele está produzindo próprio material didático para trabalhar na sua escola", explica Christiane.

O objetivo é contribuir com a disseminação da língua mãe entre aproximadamente 2 mil crianças Terena matriculadas nas séries iniciais de 15 aldeias dos municípios de Anastácio, Miranda e Aquidauana. A professora da UFPR /ITTI foi convidada para escrever o capítulo do livro *Science Education: A Global Perspective* pelo próprio presidente do ICASE, Ben Akpan. A publicação já está sendo comercializada em centenas de países.

Artigo

As pesquisadoras Christiane Gioppo e Michelle Bocchi Gonçalves também tiveram o trabalho reconhecido pela Associação Brasileira de Ensino de Biologia (SBEnBio), que publicou um artigo sobre o trabalho desenvolvido com os Terena na Revista da SBEnBio, uma das publicações da Associação que é avaliada e reconhecida pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), o que significa que a revista tem cunho de pesquisa reconhecido. BR-262 – Faço Parte deste Caminho O Projeto de Gestão Ambiental das Obras de revitalização na rodovia BR-262/MS, entre Anastácio e Corumbá, é realizado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) por meio do Instituto Tecnológico de Transportes e Infraestrutura (UFPR/ITTI).

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 12./ 2014

Brasília, 22 de janeiro de 2014.

A parceria é realizada através de cooperação com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), com o objetivo de cumprir as condicionantes para a emissão e/ou manutenção das licenças requeridas por órgãos ambientais.

ITTI O Instituto Tecnológico de Transportes e Infraestrutura (ITTI) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) atua na elaboração, execução e supervisão de programas e estudos destinados à gestão ambiental de obras, especialmente na área de transportes, tais como as rodovias, ferrovias e portos. Com uma equipe técnica formada por professores, pesquisadores, estudantes e profissionais especializados, os projetos da UFPR/ITTI também contemplam aspectos relacionados à gestão territorial, questões socioambientais e quanto ao uso de recursos naturais. BR-262/MS Esta publicação foi produzida no âmbito da Gestão Ambiental da BR-262/MS, BR262 – Faço parte deste caminho, como medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

happy wheels



Indígena de 18 anos tem braço amputado após ser atingido por raio em Paranhos
SÍTIO DOURADOS INFORMA, 21.01.2014

Por: MS Record

Três pessoas estão internadas no setor de queimados da Santa Casa de Campo Grande vítimas de descargas elétricas. O caso mais grave é de José da Silva, um indígena de 18 anos, que teve o braço direito amputado devido aos ferimentos.

José mora em uma aldeia em Paranhos, a 477 quilômetros de Campo Grande. Ele brincava com o irmão mais novo, de 12 anos, quando ambos foram atingidos pelo raio. Como a família tem dificuldades em se comunicar em português, a equipe médica do hospital ainda não sabe se os dois jovens estavam em um campo, ou brincando em um rio no momento da descarga.

Além do ferimento no braço, que levou à amputação um pouco abaixo da altura do cotovelo, José também teve diversos ferimentos pelo corpo. Seu irmão sofreu queimaduras de segundo e terceiro graus.

A outra vítima de raio internada na Santa Casa é Alexandre da Conceição Carvalho, de 38 anos. Ele é peão de fazenda, e trabalha em uma propriedade rural de Corumbá, a 444 quilômetros de Campo Grande. Alexandre recorda que estava deitado em cima de uma tora de madeira, quando foi atingido por uma faísca da descarga elétrica.

Alexandre sofreu queimaduras na perna, e não deve ter maiores sequelas. "Não sei se aprendi algo, porque na fazenda a gente não aprende muita coisa. Mas agradeço por estar me recuperando bem", relata.

A chefe do setor de queimados do hospital, Glacy Cardoso, orienta a população a permanecer em locais fechados sempre que começar a chover. "Por isso que quase todos os casos de queimadura por raios acontece no interior, porque tem mais áreas descampadas", comenta.

O processo de recuperação para uma vítima de descarga elétrica varia conforme a gravidade do caso, e dura em média de 30 a 90 dias. (Com informações Diário Digital)



Primeira reunião da Copai aborda violência contra mulher indígena

SÍTIO OAB/MS, 21.01.2014

A primeira reunião de 2014 da Comissão Permanente de Assuntos Indígenas (Copai) da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Mato Grosso do Sul (OAB/MS), realizada nessa segunda (20), abordou a violência contra mulher indígena. O encontro, que aconteceu na mesma data em que se comemora o Dia da Consciência Indígena.

O grupo debateu a necessidade de elaboração de um relatório com dados específicos de casos de violência dentro das aldeias ou contra mulheres indígenas residentes em centros urbanos. "Sabemos que a violência assola as mulheres sul-mato-grossenses e as estatísticas divulgadas diariamente nos mostram isso. Nas aldeias, a situação também é alarmante. Com um relatório específico, teremos mais força para cobrar políticas públicas mais eficientes", disse a presidente da Comissão Samia Roges Jordy Barbieri.

Para Silvana Terena, subcoordenadora municipal de Assuntos Indígenas, a participação da OAB/MS na elaboração do relatório será um marco na atuação das lideranças em defesa das mulheres. "Com dados mais precisos vamos mostrar que a mulher indígena sofre pela violência e sofre, principalmente, pela dificuldade de acesso à denúncia e pelo preconceito recorrente nas delegacias", afirmou Silvana. A presidente da Comissão, Sâmia Barbieri, complementou dizendo que muitas delegacias acabam encaminhando as indígenas para registro de queixa na Funai, por exemplo, por desconhecimento dos direitos das indígenas.

"Todos nós devemos contribuir para termos um retrato da violência em nosso Estado e esse será um trabalho pioneiro no País", disse Mirian Terena, do Conselho Nacional Mulheres Indígenas. A reunião na OAB/MS contou ainda com a presença da vice-presidente da Copai, Tatiana Ujacow, Elcio Terena, do Conselho Municipal dos Direitos e Defesa dos Povos Indígenas de Campo Grande, Ana Patricia Nassar, membro da Copai, Neila Ferreira Nantes, membro da Copai e da Comissão de Direitos Humanos, entre outras lideranças e advogados.



Índios liberam rodovia MA-280 em Montes Altos
SÍTIO IMIRANTE, 21.01.2014

A rodovia estava interditada desde do dia 5 de janeiro.

IMPERATRIZ – Depois de mais de 15 dias interditada a rodovia MA-280, trecho que passa pela Aldeia São José entre as cidades de Montes Altos e Sítio Novo, foi liberada pelos os índios Krikatis nesta terça-feira (21), por volta das 17h.

A decisão foi tomada pelos indígenas depois de uma reunião realizada hoje com representantes da Funai, do Estado, secretaria de igualdade racial, e de desenvolvimento social e da Ducol empresa responsável pela construção da rodovia. A reunião aconteceu na aldeia Jerusalém, com índios das aldeias São José (matriz), e Campo Alegre.

De acordo com o representante da Funai, em Montes Alto, Erazan Pimentel, foram firmados alguns pontos com o governo do Estado. “O plano básico ambiental, será cumprido pelo governo. Prever a construção de lombadas, guaritas na entrada das três aldeias e 10km de cerca”, afirma.

Erazan Pimentel informou, também, que a rodovia MA-280 será melhorada. “O representante do governo, secretário adjunto de obras e rodovias, afirmou que os trechos que passam pelas aldeias serão melhorados e uma via será construída ligando as três aldeias para facilitar o acesso dos indígenas”, acrescenta.

Outras reivindicações

Os índios cobravam ainda, no documento entregue à Funai, a compensações pela operação das torres de alta tensão, instaladas nas terras indígenas. Além da mudança da gestão do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) no Maranhão, com a saída dos atuais coordenadores. O documento foi assinado pela Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (Coapima).



Informe 10: Grupo de Acompanhamento da desintrusão da Terra Indígena Awá se reúne com trabalhadores rurais em Zé Doca

SÍTIO SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 21.01.2014

21 de Janeiro de 2014

Foi realizada na tarde desta segunda-feira (20/1) , no Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Zé Doca, distante 316 km da capital São Luís (Maranhão), reunião entre o Incra, o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma), representantes de sindicatos e da federação de trabalhadores rurais, secretários de agricultura dos municípios de São João do Carú, Governador Newton Belo e Centro Novo do Maranhão. Na pauta, o assentamento dos não índios que estão sendo notificados pela Justiça Federal e deverão desocupar a Terra Indígena Awá, localizada no Noroeste do Estado. O governo federal garante a inclusão das famílias que ocupam ilegalmente a Terra Indígena no Plano Nacional de Reforma Agrária, caso se enquadrem nos critérios exigidos pelo Incra.

O superintendente regional do Incra-MA, José Inácio Rodrigues, explicou as estratégias utilizadas para a obtenção de terras para assentar as famílias que sairão da Terra Indígena Awá e que possuem perfil para serem assentadas da reforma agrária. O Incra está atuando simultaneamente em quatro frentes visando a identificação de terras para assentar essas famílias - um edital de compra direta; um trabalho de revisão ocupacional nos assentamentos próximos da região ; levantamento de áreas públicas que estão sob jurisdição do Programa Terra Legal e áreas que foram recentemente decretadas pela Presidência da República para fins de reforma agrária. O Incra-MA já recebeu duas propostas, que somadas as áreas dos imóveis, equivalem a aproximadamente 7.200 hectares, no município de Igarapé do Meio. Já está em campo uma equipe do Incra-MA realizando o trabalho de vistoria e avaliação dos imóveis.

O diretor-presidente do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma), Luiz Alfredo Soares, que representou o Governo do Estado, afirmou estar disposto a colaborar com o trabalho e sugeriu uma parceria com o Incra e com o Terra Legal para conseguir terras visando o assentamento das famílias. Durante a reunião os participantes debateram com os representantes dos órgãos presentes, tirando dúvidas e solicitando esclarecimentos.

Cadastro

Para facilitar o acesso das famílias que receberam a notificação judicial ao serviço fornecido pelo Incra, de cadastro das famílias no Plano Nacional de Reforma Agrária e inscrição no CadÚnico, foi instalada uma base no povoado do Caju. O cadastro no Incra é fundamental para o processo de seleção das famílias que poderão ser assentadas. O Incra também irá assegurar outros benefícios, como fomento para instalação e inclusão produtiva, vias de acesso, assistência técnica e no programa Minha Casa Minha Vida. Além da base do Incra instalada no Caju, os notificados poderão realizar o cadastro na base de São João do Caru. Mais

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 12./ 2014

Brasília, 22 de janeiro de 2014.

informações sobre documentação, como se cadastrar podem ser obtidas pelo serviço Disque 100, que funciona 24 horas por dia, incluindo sábados, domingos e feriados. As ligações podem ser feitas de toda a região, por meio de discagem direta e gratuita, de qualquer terminal telefônico fixo ou móvel. Basta discar 100.

Fonte: Funai



Acre constrói estrada em região habitada por índios isolados; indígenas denunciam caso ao MPF

SÍTIO CONTILNET NOTÍCIAS, 21.01.2014

O governo do Acre construiu uma estrada com 40 quilômetros de extensão, entre os altos rios Muru e Tarauacá, nas proximidades das terras indígenas Kaxinawá do Rio Humaitá e Alto Tarauacá, sendo esta destinada exclusivamente aos índios isolados que vivem na fronteira do Brasil com o Peru.

A estrada foi construída com máquinas do Departamento de Estradas e Rodagem do Acre durante seis anos, para interligar o município de Jordão à comunidade do seringal Novo Porto.

O governo estadual não realizou Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) e não consultou lideranças, comunidades e associações indígenas, tampouco a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

De acordo com informações da Frente de Proteção Etnoambiental Envira, da Funai, atualmente existem mais de 300 índios isolados na região que está sendo impactada pela construção da estrada.

Lideranças da etnia huni kuĩ (kaxinawá) denunciaram o caso ao Ministério Público Federal, no Acre e em Brasília. Elas argumentam que a estrada causará graves impactos fundiários, sociais e ambientais na região fronteira dos altos rios Muru e Tarauacá, afetando suas terras e aldeias, comunidades não indígenas da Reserva Extrativista Alto Tarauacá, a Terra Indígena Alto Tarauacá e outras áreas ocupadas tradicionalmente por três diferentes povos isolados, cujas malocas e roçados já foram localizados nas nascentes do Rio Humaitá e nas cabeceiras dos igarapés Xinane e Riozinho, afluentes do alto Rio Envira.

- É necessário que os órgãos fundiários federais e estaduais disciplinem essa ocupação e estabeleça critérios claros, abrangentes e democráticos na sua distribuição, caso contrário conflitos fundiários, étnicos e ambientais, como desmatamentos e queimadas se intensificarão na região dos altos rios Muru e Tarauacá, afetando nossas terras indígenas, a Reserva e as áreas tradicionalmente ocupadas pelos nossos parentes isolados – afirmam as lideranças kaxinawá em documento entregue ao MPF.

Os indígenas dizem que está havendo exploração de madeiras nas matas próximas da estrada, de onde já estão extraíndo aguano (mogno), cedro, cerejeira, louro, copaíba e outras madeiras nobres.

A partir da abertura da estrada, foram intensificadas as caçadas predatórias e ilegais na região, especialmente nas matas dos fundos das duas terras indígenas. O mais grave é que não existe nenhuma base de proteção etnoambiental da Funai para impedir as caçadas comerciais nos fundos da terra destinada aos índios isolados.

CONT.



As lideranças kaxinawá relataram ao MPF que a construção da estrada foi iniciada no verão de 2007, sendo inaugurada com muita festa, comício, churrasco, comitivas de carros percorrendo o "ramal Jordão-Novo Porto", como é chamado na região, em 7 de setembro de 2013.

- Foi inaugurada no Dia da Pátria, pelo prefeito local e por todos os dirigentes do seu partido político, o PCdoB, constituído por deputados federais e estaduais, vereadores, secretários estaduais e municipais, funcionários públicos, comerciantes, fazendeiros e a população local. Esse acontecimento, no entanto, foi pouco divulgado na mídia e na imprensa acreana.

O trajeto foi construído próximo e paralelo ao antigo varadouro que, no tempo da borracha, interligava os seringais dos vales dos altos rios Muru e Tarauacá. Passa por terras altas e colinosas dos divisores de águas dois dois vales, atravessando 21 igarapés, onde foram construídas pontes provisórias.

A estrada foi construída sobre terras devolutas da União, da prefeitura local e de particulares, notadamente as áreas do seringal Novo Porto, de propriedade de Bibiu Aragão, vice-prefeito do município, e principal beneficiário da obra.

De acordo com as lideranças indígenas, não há critérios técnicos na distribuição de terras ao longo da estrada. Elas afirma que os desmatamentos e as queimadas veem aumentando consideravelmente.

- A distribuição de lotes de terras até agora beneficiou apenas políticos, comerciantes e fazendeiros locais, sobretudo aqueles que possuem suas criações de gado dentro de áreas da Reserva Extrativista Alto Tarauacá. E que, ultimamente, estão sendo pressionados pelo ICMBio para retirar suas fazendas de dentro da Reserva. Moradores sem terras de Jordão não estão sendo contemplados – afirma o documento.

As lideranças indígenas sugerem a construção de uma Base de Proteção Etnoambiental no rio Muruzinho, afluente da margem esquerda do alto rio Muru, na entrada da Terra Indígena Alto Tarauacá, de uso exclusivo dos isolados.

A base serviria para proteger a parte sul desta terra de invasões de caçadores e pescadores profissionais do rio Muru e da cidade de Jordão e minimizaria impactos da construção da estrada Jordão-Novo Porto, que proporciona o deslocamento de caçadores e pescadores ilegais que se utilizam dela para acessar o limite sul da TI Alto Tarauacá.

A Base de Proteção Etnoambiental também teria a função de monitoramento das referências da presença de índios isolados nas cabeceiras dos rios Humaitá, Iboiaçu, Muru, Tarauacá, Jordão e Envira.

As lideranças kaxinawá também pleiteiam indenização dos saques promovidos por grupos de índios isolados, mediante ata e referendo da comunidade, com lista dos materiais e quantidade claramente especificados. Eles dizem que não há como uma família saqueada esperar meses pelo ressarcimento de seus bens. Materiais como machados, facões, facas, painéis, redes, cobertas, cordas, e outros são vitais para a sobrevivência de uma família kaxinawá ou de seus vizinhos não índios do entorno.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 12./ 2014

Brasília, 22 de janeiro de 2014.

Os kaxinawá querem a mediação do MPF para garantir que suas reivindicações sejam levadas em conta pela Funai. Desde 2010, as bases de proteção etnoambiental da Frente Envira estão desativadas, nos igarapés Xinane e Douro.

As ações de proteção etnoambiental programadas e promovidas pela Coordenadoria Geral de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIIRC), da Diretoria de Proteção Territorial (DPT), da sede da Funai em Brasília, não têm tido continuidade. Os kaxinawá dizem que os parentes isolados estão “entregues à própria sorte”.

Nos últimos 25 anos, a população de índios isolados praticamente dobrou a região, que está sendo impactada pela construção da estrada Jordão-Novo Porto.

- Esse aumento populacional dos parentes brabos gerou uma maior pressão sobre as nossas aldeias e as comunidades não indígenas do entorno. Nos últimos cinco anos, vêm aumentando consideravelmente os casos de saques promovidos pelos parentes isolados em nossas aldeias e nas comunidades de moradores não indígenas dos vales dos altos rios Muru e Tarauacá. Sua presença é cada vez mais notada nesses dois vales, aonde vêm ocorrendo diversos casos de avistamentos, vestígios, saques e confrontos armados.

Índios invadem fazenda em Itapebi; Um pessoa é morta

SÍTIO RADAR 64, 21.01.2014



O clima na zona rural de Itapebi é tenso desde o último fim de semana, depois que mais de 100 índios tupinambás invadiram fazendas na localidade de Ventania.

Pequenos produtores disseram que os índios, que vieram dos municípios de Pau Brasil e Buerarema, no sul do estado, portavam armamento de grosso calibre e fizeram várias pessoas de reféns no sábado e domingo. Muitos fazendeiros e trabalhadores foram obrigados a deixar as terras.

Os índios - que pedem a demarcação das terras, por entender que elas estão em território indígena, tocaram fogo em casas, móveis, barcas e depósito de cacau. Eles também abateram vacas, galinhas e realizaram uma série de saques.

Policiais federais e civis foram enviados para a área de conflito nesta terça-feira (21), depois que a situação se agravou.

De acordo com o site Itapebi Acontece, um trabalhador rural, que ainda não teve o nome divulgado, foi morto a tiros depois que tentou voltar a uma fazenda para pegar alguns objetos. Os índios ainda tomaram um carro de assalto. O veículo foi encontrado incendiado.

A polícia permanece na região.



Pescadores do AM começam a receber seguro defeso com base no novo salário mínimo

SÍTIO REDE TIRADENTES, 22.01.2014

Os 47,3 mil pescadores artesanais do Amazonas começam a receber, desde da última quinta-feira (16), a parcela do seguro-desemprego do pescador artesanal com o valor atualizado do salário mínimo em R\$ 724. O pagamento do benefício vai injetar mais de R\$ 34 milhões na economia do Estado, somente no mês em janeiro, de acordo com dados revelados pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Amazonas (SRTE-AM).

O benefício vai beneficiar pescadores dos 62 municípios do Estado, cadastrados corretamente na SRTE. Conforme o levantamento da Superintendência, Manacapuru, na Região Metropolitana de Manaus (RMM), é o município com o maior número de pescadores do Amazonas, com 2,3 mil beneficiados, seguido de Benjamin Constant, com 2,2 mil beneficiados, e de São Paulo de Olivença, com 1,8 mil. Os três municípios juntos irão receber o montante de aproximadamente R\$ 4,5 milhões .

Em parceria com a Caixa Econômica Federal, o titular da STRE, Dermilson Chagas, articulou o pagamento dos pescadores nas suas localidades de origem. Segundo ele, essa união irá garantir maior comodidade. "Vamos conseguir atender todos nos próprios municípios, evitando o deslocamento destes trabalhadores e a geração de renda na localidade onde eles possuam residência fixada. O objetivo é que eles ganhem a vida e movimentem a economia de seu próprio município", defendeu.

Segundo Chagas, os trabalhadores devem se dirigir às casas lotéricas de seus municípios ou às agências da Caixa para receber o pagamento. "A Caixa preparou um cronograma para o atendimento e vai começar concedendo o benefício em localidades que possuam agências, como Itacoatiara, Beruri, Anori, Iranduba e Manaus. Outras cidades vão demorar um pouco mais para serem atendidas. Por isso é importante o trabalhador acompanhar as datas fixadas pelo banco", acrescentou.

A injeção dos R\$ 34,2 milhões em janeiro representa o pagamento da segunda parcela aos 47,3 mil pescadores cadastrados.

Ainda conforme Chagas, o total projetado pode ser ultrapassado nos pagamentos posteriores. "Nossa expectativa é de que até março, o número de pescadores cadastrados passe dos atuais 47 mil para 80 mil, o que pode elevar o montante em benefícios", disse o titular da pasta, ao lembrar que o preenchimento correto dos cadastros pelos profissionais é essencial para o recebimento do seguro.

Ministério da Justiça prorroga presença da Força Nacional no sul do Amazonas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.01.2014



Apoio da Força Nacional é importante para garantir a integridade física dos indígenas e da população no conflito em Humaitá, que já dura mais de um mês Foto: Clovis Miranda (A Crítica)

Decisão foi publicada nesta terça (21), no Diário Oficial da União, e visa dar continuidade ao apoio prestado em situações como o conflito em Humaitá

Por Antônio Paulo, em A Crítica

O Ministério da Justiça prorrogou a permanência da Força Nacional nos Estados do Amazonas e Rio Grande do Norte por mais 180 dias, e no Maranhão, por 30 dias. As portarias 216, 217 e 218, assinadas pelas ministra interina, Márcia Pelegrini, foram publicadas nesta terça-feira (21) no Diário Oficial da União. A operação do Amazonas que foi renovada e prorrogada por mais 180 dias é a "Operação Enafron", que realiza o patrulhamento das fronteiras em apoio à Polícia Federal, que está sendo realizada na região desde 23 de julho de 2010.

De acordo com a portaria 217, do Ministério da Justiça, as forças do Governo Federal serão supervisionadas e auxiliadas pelos órgãos de segurança pública do Estado do Amazonas. Além disso, o total do efetivo a ser disponibilizado terá como base o plano definido entre os responsáveis envolvidos na operação. O efetivo dará apoio às atividades dos órgãos do sistema de Segurança Pública do Estado, nas ações de preservação da ordem pública, segurança das pessoas e do patrimônio estadual, por meio de ações de polícia, especialmente nos municípios de faixa de fronteira.

CONT.



Conflito indígena [sic]

Por questões de segurança e estratégicas, o Ministério da Justiça não divulgou o número de policiais nem os locais exatos que a Força Nacional está atuando no Estado do Amazonas. Informa, no entanto, que o Governo Federal tem atuado na região de Humaitá (AM), no sul do Amazonas, desde o princípio dos conflitos ocorridos no final de dezembro de 2013 envolvendo a Terra Indígena Tenharim Marmelos.

“Há, no local, homens do Exército, da Polícia Federal e da Força Nacional dando apoio logístico à aldeia e garantindo a segurança de todos os que habitam a região ou transitam por ela. Todo o trabalho é realizado em parceria com o Governo do Estado do Amazonas, que solicitou a presença da FN”, informou a assessoria do MJ.

Além da questão da segurança nas fronteiras e na região do conflito indígena [sic], o Governo Federal mobilizou uma força-tarefa com o objetivo de implementar políticas públicas sociais e de sustentabilidade econômica na região. A força-tarefa é composta pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra); Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Saúde; Defesa; Meio Ambiente (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama); Secretaria-Geral da Presidência da República e Fundação Nacional do Índio (Funai).

Rio Grande do Norte e Maranhão

No Rio Grande do Norte, a Força Nacional continuará atuando no apoio técnico-operacional em aviação policial, em parceria com os órgãos de segurança pública do Estado. O número de profissionais disponibilizado pelo MJ obedece ao planejamento definido pelas entidades envolvidas na operação.

No Estado do Maranhão, a pedido do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, a Força Nacional de Segurança Pública irá atuar por 30 dias para garantir condições de segurança na substituição das torres danificadas e recomposição do sistema elétrico no município de Imperatriz.



MPF/AM: Justiça condena União e Funai a concluírem demarcação de terra indígena na zona rural de Manaus

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.01.2014

Sentença determina a adoção de providências para a regularização fundiária das terras habitadas por indígenas das etnias Baré e Kambeba

MPF AM

A pedido do Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM), a Justiça Federal condenou a União Federal e a Fundação Nacional do Índio (Funai) a iniciar e concluir o processo de demarcação das áreas de ocupação tradicional indígena no rio Cuieiras, localizado na margem esquerda do rio Negro, próximo ao igarapé do Tarumã, zona rural de Manaus.

A sentença obriga ainda o Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (Incra) a verificar a presença de ocupantes não-índios na região, após o início das delimitações, e adotar as ações para regularização fundiária das terras e eventuais reassentamentos. A Justiça concedeu liminar dando 30 dias para a Funai constituir um grupo técnico com o objetivo de identificar e delimitar as áreas, e seis meses para apresentar relatório conclusivo dos estudos.

Em 2004, o MPF/AM recebeu representação enviada pela Associação dos Moradores da Comunidade de São Sebastião das Cuieiras denunciando que a área aguardava há anos pela demarcação como terra indígena. Moradores das comunidades São Tomé e Três Unidos encaminharam abaixo-assinados reivindicando a demarcação da área, alegando ser habitada pelas etnias Baré e Kambeba. Em 2010, o MPF entrou com ação civil pública na Justiça Federal requerendo a realização e conclusão dos estudos.

De acordo com os documentos reunidos no processo, a Funai chegou a realizar levantamento topográfico das comunidades do rio Negro e afluentes, denominando-as Terra Indígena do Rio Cuieiras, mas os dados não foram avaliados por nenhum grupo técnico definido pelo órgão. Na sentença, a juíza federal Maria Lúcia Gomes de Souza destaca ainda que o processo de demarcação está tramitando na Funai desde o ano 1996 e está parado há quase dez anos. "A demora na providência implica em enorme prejuízo para a comunidade do local por que o passar do tempo aliado a omissão do poder público permite a ocupação de mais pessoas não-índios, culminando com a descaracterização do local e a iminência de sérios conflitos", ressalta um trecho da sentença.

Caso o estudo a ser realizado pela Funai eventualmente conclua pelo não reconhecimento da ocupação tradicional indígena nas terras localizadas às margens do rio Cuieiras, a Justiça determinou à Funai e à União a adoção de medidas para regularização fundiária das áreas mediante a desapropriação e criação de uma reserva indígena, parque indígena, colônia agrícola indígena ou território indígena, considerando a comprovada presença de indígenas no local.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 12./ 2014

Brasília, 22 de janeiro de 2014.

A ação civil pública tramita na 3ª Vara Federal do Amazonas, sob o número 14039-88.2010.4.01.3200. Cabe recurso contra a sentença.

-

Assessoria de Comunicação

Procuradoria da República no Amazonas

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Cley Medeiros.

Indígenas brasileiros convivem mal com as águas represadas

SÍTIO ENVOLVERDE, 22.01.2014



O jovem cacique xokó Lucimário Apolônio Lima busca novas formas de sustento para seu povo, depois que a represa de Itaparica cortou suas atividades tradicionais de agricultura e pesca, dependentes das águas do rio São Francisco. Foto: Mario Osava/IPS

Foz do Iguaçu e Paulo Afonso, Brasil, 22/1/2014 – A hidrelétrica de Itaparica ocupou território dos indígenas pankararu, mas enquanto outros foram compensados, a eles coube apenas perder suas terras e o acesso ao rio São Francisco, queixam-se líderes desse povo do Nordeste do Brasil. “Já não comemos pescado como antes, mas o maior dano foi a perda da cascata sagrada, onde realizávamos nossos ritos religiosos”, lamentou à IPS o cacique José Auto dos Santos.

Quase 200 quilômetros rio abaixo, a comunidade indígena xokó sofre a diminuição de água, contida acima por grandes represas que suprimiram as cheias estacionais e regulares do São Francisco, inviabilizando os arrozais de aluvião e reduzindo drasticamente a pesca. Efeitos semelhantes são temidos no rio Xingu, na Amazônia, onde a construção da central de Belo Monte desviará parte das águas do trecho conhecido como Volta Grande, o que afetará os povos juruna e arara.

Cerca de 2.500 quilômetros ao sul, os avá-guarani assentados às margens da represa de Itaipu, na fronteira com o Paraguai, se dedicaram à piscicultura para manter seu alto consumo tradicional de pescado, em uma população crescente e com escassa terra para cultivar. Nos anos 1970 e 1980, emergiu no Brasil uma geração de indígenas de águas paradas, quando o

CONT.



país construiu numerosas centrais hidrelétricas, algumas gigantescas como Itaipu, compartilhada com o Paraguai, e Tucuruí, na Amazônia oriental, ambas inauguradas em 1984.

No São Francisco, cujo maior trecho cruza terras semiáridas, foram instaladas cinco centrais, que alteraram seu fluxo fluvial. Uma delas, Sobradinho, exigiu uma represa de 4.214 quilômetros quadrados, um dos maiores lagos artificiais do mundo, segundo sua operadora, a estatal Companhia Hidrelétrica do São Francisco, que tem outras 13 centrais na região nordestina. A abertura de Sobradinho, em 1982, acabou com a plantação de arroz em terras inundáveis do território xokó, cerca de 630 quilômetros rio abaixo, contaram à IPS seus moradores.

O ciclo anual de cheias praticamente desapareceu no Baixo São Francisco desde 1986, quando foi criada em Pernambuco a represa de Itaparica, de 828 quilômetros quadrados, que regula o fluxo auxiliar de Sobradinho. Assim, se pôs fim ao aluvião, que fertilizava os arrozais e enchia ciclicamente de peixes os lagos conectados ao rio por um canal.

“Sem corrente, o rio perde força, é um prato plano que se cruza a pé”, descreveu Apolônio Lima, o cacique xokó, com uma juventude incomum entre líderes indígenas. Com 30 anos, explicou à IPS que busca para sua gente, pouco mais de 400 pessoas, um futuro sustentável. Para isso, estimula a apicultura e outras produções alternativas, luta pela revitalização do São Francisco e se opõe à transposição de suas águas para combater secas no norte, um megaprojeto do governo federal.

“Antes de fazer isso, é preciso dar vida ao rio, os doentes não doam sangue para transfusões”, afirmou o cacique. “Meus avós já asseguravam que as margens do São Francisco morreriam. Eu não, mas meus netos o verão”, profetizou à IPS o xamã Raimundo Xokó, de 78 anos.

Para os pankararu, estabelecidos a cinco quilômetros da muralha que represa as águas em Itaparica, as ribeiras fluviais são coisa do passado. Seus líderes se sentem roubados. “Não temos onde pescar, a empresa tomou nossa terra, desconhecendo nosso direito legal até a margem”, explicou à IPS o xamã José João dos Santos, mais conhecido como Zé Branco.

O ex-cacique Jurandir Freire, apelidado de Zé Índio, luta por indenizações milionárias, porque os indígenas foram excluídos das compensações por sua terra inundada, ao contrário dos municípios, cujas prefeituras recebem benefícios, e os camponeses assentados nas chamadas agrovilas com áreas irrigadas. Zé Índio esteve preso e perdeu seu cargo por liderar, em 2001, um protesto que danificou linhas de transmissão elétrica da central, que passam por montanhas do território pankararu sem compensação alguma.

A terra fértil, em um vale e ladeiras montanhosas que favorecem uma umidade que contrasta com a semiaridez à sua volta, é outra fonte de conflitos. Desde a demarcação da Reserva Pankararu, em 1987, os indígenas pressionam o governo para retirar os agricultores brancos que ocupam a melhor parte.

“Minha avó nasceu ali e morreu aos 91 anos, isso há cinco”, disse Isabel da Silva para defender que sua família e outras vizinhas pertencem ao território pankararu há mais de um século.

CONT.



“Segundo a lei, temos que sair, mas fazer isso seria uma injustiça”, disse à IPS esta funcionária do Polo Sindical de Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco, que conseguiu o reassentamento de quase seis mil famílias camponesas afetadas pela central de Itaparica.

Há 435 famílias ameaçadas de expulsão há duas décadas, em uma medida que demora por falta de terra para reassentá-las, justificam as autoridades. O povo pankararu vive em uma reserva de 8.376 hectares e em 2003 contava com 5.584 integrantes, segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai), responsável pela proteção das populações originárias. Mas outros milhares emigraram para as cidades, especialmente São Paulo, onde mantêm sua identidade e se reúnem em ritos religiosos e festas indígenas. Com terra menos escassa, muitos regressariam, espera Zé Índio.

A escassez de terra também impacta os ocoy, situados nas margens da represa de Itaipu. São 160 famílias, cerca de 700 pessoas, que sobrevivem em apenas 250 hectares, a maioria de florestas protegidas, vedada à agricultura. A piscicultura, impulsionada pela empresa Itaipu Binacional, surgiu como alternativa para completar sua alimentação, diante da queda da pesca tradicional e das limitações agrícolas.

Os indígenas se destacaram entre os 850 pescadores que se somaram à iniciativa, “talvez por sua cultura, vinculada à água”, destacou à IPS o diretor de coordenação e meio ambiente da companhia, Nelson Friedrich. Com 40 tanques rede, a comunidade ocoy obtém quase seis toneladas de pescado por ano, segundo o vice-cacique Silvino Vass.

No entanto, esta não é sua maior fonte alimentar e poucos participam diretamente da atividade, segundo pesquisa acadêmica realizada em 2011 por Magali Stempniak Orsi. Além disso, os indígenas dependem muito da empresa, que lhes fornece os alevinos e a alimentação para os peixes, disse a pesquisadora, segundo a qual o projeto deve promover maior participação comunitária.

Os ocoy precisam de assistência alimentar para completar suas necessidades, ao contrário de duas vizinhas comunidades avá-guarani, que contam com mais terras doadas pela Itaipu Binacional e mais produção agrícola.

Em todo caso, o apoio de Itaipu aos indígenas locais é uma exceção entre as centrais hidrelétricas. Além de buscar alternativas de desenvolvimento para eles, cuida da sustentabilidade de toda sua sub-bacia, com o Programa Cultivando Água Boa, um conjunto de 65 ações ambientais, sociais e produtivas. Envolverde/IPS (IPS)



Quilombolas poderão ganhar centros de integração federal nas comunidades

SÍTIO PORTAL ÁFRICAS, 22.01.2014

O Senado pode autorizar o Poder Executivo a criar Centros de Integração Federal em todas as comunidades quilombolas do país. Projeto com esse objetivo está pronto para ser examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Pelo texto do PLS 113/2008, os Centros de Integração Federal Quilombola terão como objetivo oferecer educação básica e profissional, atividades esportivas, culturais e de lazer, além de serviços de saúde e inclusão digital aos moradores das comunidades remanescentes de quilombos.

O “Quilombo do Amanhã”, nome dado pelo autor da proposta, senador Paulo Paim (PT-RS), visa garantir o desenvolvimento da capacidade de estruturação dessas comunidades.

“Com este projeto tenho como objetivo fornecer melhores condições de vida às comunidades remanescentes quilombolas, demonstrando a preocupação em instituir não apenas uma política de governo efêmera, mas de estado, sustentável, disciplinada por lei”, justifica Paim.

Ainda conforme o projeto, o patrimônio desses centros será constituído pelos bens e direitos que lhes venham a ser doados pela União, estados, municípios e por outras entidades públicas e particulares; além de outros que venham a adquirir. A implantação dos espaços ficará sujeita à existência de dotação específica no orçamento da União e ao disposto na Lei 9.962/2000, que disciplina o regime de emprego público do pessoal da administração federal direta, autárquica e fundacional.

Dívida histórica

O conceito de quilombo, explica Paulo Paim, abrange os territórios onde se organizavam negros africanos que, trazidos na colonização portuguesa, insurgiam-se contra a situação de escravidão. Hoje são territórios de resistência cultural e deles são remanescentes os grupos étnicos raciais que assim se identificam. Em parecer favorável à aprovação do projeto e pela constitucionalidade da matéria, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) observa que a Constituição determina que o Poder Público garanta especial atenção aos quilombos.

“A oferta de oportunidades de educação e de serviços de saúde, esporte e lazer no interior das comunidades quilombolas constitui medida de ação afirmativa indispensável para compensar a enorme dívida do Brasil para com os povos afrodescendentes, vítimas, por muitos anos, da exploração escravagista e, ainda hoje, do racismo”, diz Flexa.

Após análise da CCJ, a proposta, já aprovada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), será apreciada em caráter terminativo pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Fonte: Agencia Senado

Fonte : Mônica Aguiar

Comunidade Quilombola inaugura viveiro do Projeto de Nascentes
SÍTIO PORTAL NORTE, 22.01.2014



O viveiro tem capacidade para 10 mil mudas por ano, 5 mil em cada ciclo de germinação.

Com festa e plantio de mudas, a comunidade Quilombola Malhadinha, no município de Brejinho de Nazaré, a cerca de 95 quilômetros de Palmas, inaugurou na terça-feira, 21, o viveiro de mudas do Projeto Nascente Viva. O trabalho foi desenvolvido pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semades e visa à revitalização e recuperação de nascentes e olhos d'água através da recomposição de mata ciliar e ações de manejo e educação ambiental.

O projeto foi contemplado através de edital público, sendo beneficiado com um recurso de R\$ 100 mil proveniente do Fundo Estadual de Recursos Hídricos. O viveiro tem capacidade para 10 mil mudas por ano, 5 mil em cada ciclo de germinação. As mudas já estão sendo plantadas no entorno do Córrego São Felipe.

José Ribeiro, presidente da Associação dos Mini e Pequenos Produtores da Malhadinha, agradeceu a Semades por ter acreditado no empenho da comunidade e no resultado que está sendo apresentado. Segundo ele, o projeto também tem a capacidade de gerar emprego e renda para os quilombolas. "Quero agradecer a todos que trabalharam no projeto. Aqui podemos mostrar que empenho e parceria trazem resultados e são capazes de mudar a vida de uma comunidade", disse.



Vice-prefeito de Brejinho de Nazaré, Mario Filho, destacou que o projeto foi o primeiro colocado no edital e será exemplo de recuperação ambiental e geração de renda com sustentabilidade. O vereador Waister Silva, presidente da Câmara Municipal de Brejinho de Nazaré, também agradeceu a Semades, que segundo ele, sempre está de braços abertos para receber as comunidades para o debate ambiental.

Segundo o titular da Semades, Alan Barbiero, é preciso chamar a sociedade civil para parcerias e debates sobre o meio ambiente e essa é uma das metas que a secretaria vem desenvolvendo. Ainda segundo ele, é preciso mudar uma situação de degradação ambiental que vem sendo praticada ao longo dos anos, e só com o envolvimento de todos que o trabalho terá sucesso. “Hoje nós estamos mostrando ao meio ambiente que podemos recompor o que viemos degradando ao longo do tempo”, concluiu. (Fonte: Ascom)



O toque do maracá

SÍTIO REVISTA FORUM, 22.01.2014

O reconhecimento e a demarcação das terras indígenas são a verdadeira solução para que não ocorra a repetição sistemática do genocídio contra os povos indígenas

“Somos todos Guarani-Kaiowá”. Em 2012, a comunidade Pyelito Kue divulgou uma carta ao receber uma ordem de despejo: “Já avaliamos a nossa situação atual e concluímos que vamos morrer todos mesmo em pouco tempo, não temos e nem teremos perspectiva de vida digna e justa.”¹ O trecho foi interpretado como uma ameaça de suicídio coletivo. A repercussão foi enorme, e a Justiça cancelou o despejo. Nas palavras da ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) Martha Azevedo, os Guarani-Kaiowá são “efetivamente o povo que tem a pior situação no Brasil”². Como e por que se tornaram um símbolo tão poderoso dos direitos humanos?

Há cerca de 820 mil pessoas que se identificam como pertencentes aos povos indígenas vivendo em território brasileiro. O mais numeroso deles são os Guarani, com quase 50 mil integrantes divididos em três grandes grupos: Kaiowá, Nandeva e M'byá. A taxa de homicídio contra os Guarani-Kaiowá é de 100 por 100 mil habitantes, quántuplo da média brasileira (20,4) e superior àquela do país mais violento do mundo, Honduras (86,5). Mais de 300 deles foram assassinados na última década, e pelo menos um integrante se matou por semana – proporção de suicídios 34 vezes a observada no Brasil como um todo³.

Os Guarani-Kaiowá vivem principalmente no estado do Mato Grosso do Sul, na região próxima à fronteira com o Paraguai. Até o fim do século XIX, a área tinha poucos habitantes não indígenas. Começaram a se instalar no local para se dedicar ao plantio da erva-mate, após a área ser consolidada como parte do território do Brasil, resultado da Guerra do Paraguai. O processo se intensificou a partir da “Marcha para o Oeste” que o presidente Getúlio Vargas lançou na década de 1940. Fazendeiros e pecuaristas foram incentivados por sucessivos governos, nos níveis federal e estadual, a plantar cana-de-açúcar, soja ou criar gado. Em muitos casos, expulsaram os povos indígenas de suas terras.

As populações indígenas foram confinadas em reservas pequenas, superpovoadas e sem os recursos naturais necessários para o bem-estar de suas comunidades. São ilhas cercadas por fazendas e canaviais. Com frequência não têm fontes de água potável ou terra suficiente para garantir a alimentação adequada. Os Guarani-Kaiowá sofrem de desnutrição, falta de serviços de saúde, altos índices de mortalidade infantil. A epidemia de suicídios também é consequência da precária situação fundiária: começou com a geração de jovens que havia sido criada nas reservas, com poucas perspectivas de um futuro diferente e em constante experiência de agressões, seja de fazendeiros e seus capangas, seja de outros índios, pois a convivência forçada em um espaço de confinamento provoca inúmeras tensões, que por vezes terminam em violência e morte.

CONT.



A Constituição de 1988 estabeleceu que o governo federal deveria demarcar todas as terras tradicionais dos povos indígenas até 1993, mas isso nunca aconteceu. A Funai sofre com problemas crônicos de falta de recursos e com a oposição de fazendeiros e políticos. As dificuldades são particularmente agudas no Mato Grosso do Sul, onde o mercado fundiário se valorizou muito, por conta do boom do agronegócio. Há diversos processos de demarcação de terras dos Guarani-Kaiowá parados na Justiça há décadas. Para destravar o impasse, eles iniciaram as retomadas de áreas que consideram seus territórios tradicionais.

A lentidão da Justiça estimula a violência e a impunidade. O Mato Grosso do Sul concentra mais da metade dos homicídios de indígenas no Brasil, apesar de ter menos de 10% da população indígena do país. Diversos líderes dos Guarani-Kaiowá foram assassinados, em casos de repercussão internacional, como os dos caciques Marcos Verón (2003) e Nísio Gomes (2011). Três homens foram acusados de espancar Verón até a morte, numa desocupação de terra. Foram absolvidos do crime de homicídio, mas condenados por sequestro, tortura e formação de quadrilha. Gomes foi morto a tiros e seu corpo, levado numa caminhonete. Doze dos 19 réus esperam em liberdade pelo julgamento e o cadáver até hoje não foi encontrado.

Professores indígenas, como Genivaldo Vera, também têm sido alvo de homicídios – com frequência, são intermediários entre a comunidade e a sociedade urbana, e mediadores em conflitos. Vera foi encontrado morto em 2009, com sinais de tortura, após um grupo de pistoleiros atacar uma comunidade Guarani-Kaiowá. Seu primo Rolindo, também professor, estava com ele na ocasião, mas seu corpo não foi encontrado. Seis pessoas foram acusadas, incluindo fazendeiros e políticos locais. Outro primo dos dois professores, Teodoro Ricardi, foi espancado até a morte por pistoleiros em 2011.

A morte também pode chegar pela fragilidade das condições sociais, fruto do desleixo das autoridades. A cacique Damiana lidera a comunidade de Apyka'í, um acampamento às margens da BR-463, entre as cidades de Dourados e Ponta Porã, bem em frente a um canal que reivindica como sua terra ancestral. Damiana perdeu vários parentes atropelados na rodovia – marido, filhos, um neto. Por diversas vezes a comunidade foi atacada por pistoleiros, que queimaram os barracos e os ameaçaram de morte. Em setembro de 2013, a comunidade organizou uma retomada de suas terras: “Meu pai morreu aqui, praticamos muito nossos rituais aqui. A luta sempre vai continuar, mesmo eu morrendo, porque tenho muitos netos”, afirma a cacique⁴.

Fazendeiros ocuparam a sede da Funai no Mato Grosso do Sul e anunciaram um “leilão da resistência”, destinado a arrecadar fundos para contratar grupos armados empregados nos conflitos contra os índios. A natureza dessa atividade desperta preocupações. Em agosto de 2013, o Ministério Público Federal solicitou o fechamento da empresa de segurança Gaspem, frequentemente utilizada pelos grandes proprietários de terra, acusando-a de funcionar como uma milícia privada envolvida em ações ilícitas: “Trata-se, em verdade, de um grupo organizado que dissemina violência contra os Guarani-Kaiowá do cone sul do estado de Mato Grosso do Sul através de pessoas brutais nominadas ‘vigilantes’, na maioria das vezes sem qualificação para o exercício da atividade, portando armamento pesado e munições, a fim de praticarem atos contrários ao ordenamento jurídico e à segurança pública⁵.”

CONT.



Em Brasília, o Congresso discute emenda constitucional (PEC215) que passaria para si a responsabilidade de demarcação das terras indígenas, retirando-a da alçada da Funai – algo que causa apreensão, dada a força do agronegócio no Legislativo. Os parlamentares também debatem novo Código de Mineração, que facilitaria a realização dessas atividades, mesmo sem o consentimento dos índios – temor agravado pelos longos conflitos em torno da construção de hidrelétricas nos rios Xingu e Tapajós. Outra crítica dos povos indígenas é a insistência da Advocacia-Geral da União (AGU) em não revogar a Portaria 303, que expande para diversas regiões regras restritivas aos seus direitos, que haviam sido adotadas num cenário específico da reserva Raposa Serra do Sol (Roraima). O Supremo Tribunal Federal decretou, em outubro de 2013, que essas normas são inválidas, mas nem assim a AGU revogou a portaria.

Em novembro, organizações indígenas de diversos povos escreveram em uma carta aberta à chefe de Estado: “Em função desta conjuntura, extensão de um violento processo histórico de espoliação, confinamento e extermínio dos povos indígenas desta região, as organizações signatárias vêm a público exigir da presidente Dilma uma intervenção federal imediata no estado do Mato Grosso do Sul. O poder público pode e deve evitar esta ‘tragédia anunciada’, repetição sistemática do genocídio contra os povos indígenas. E isto precisa ser feito agora. O reconhecimento e a demarcação das terras indígenas é a verdadeira solução para a situação.”⁶

Nas cerimônias dos Guarani, o maracá tem papel de destaque. É um chocalho recheado de sementes e belamente decorado com plumas. Com frequência, passa de pai para filho. Quem já o escutou, não o esquece: é fascinante como pode soar vigoroso, triste ou solene, dependendo das circunstâncias, e ser usado à maneira de aplauso ou de um consolo para alguém que fale de modo emocionante. Os Guarani-Kaiowá são como o toque do maracá – seus sofrimentos, esperanças e capacidade de luta e resistência nos lembram o significado dos direitos humanos no Brasil. F

1 – Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=6553>.

2 – Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-milanez/na-minha-gestao-foram-sete-liderancas-guarani-assassinadas-870.html>.

3 – Ver <http://www.mapadaviolencia.org.br/> e “Sabemos dos nossos direitos e vamos batalhar por eles: Direitos indígenas no Brasil – Os Guarani-Kaiowá” <http://www.amnesty.org/en/library/info/AMR19/001/2011/pt>.

4 – Declarações no vídeo disponível em: <http://campanhaguarani.org/?p=2325>.

5 – Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/525935-carta-aberta-a-presidenta-dilma-rousseff-sobre-as-ameacas-e-ataques-de-ruralistas-contra-povos-indigenas-intervencao-federal-no-mato-grosso-do-sul-ja>.

*Maurício Santoro é assessor de direitos humanos da Anistia Internacional Brasil.



Primeira reunião da Copai aborda violência contra mulher indígena

SÍTIO MS EM DIA, 22.01.2014

Campo Grande (MS) - A primeira reunião de 2014 da Comissão Permanente de Assuntos Indígenas (Copai) da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Mato Grosso do Sul (OAB/MS), realizada nessa segunda (20), abordou a violência contra mulher indígena. O encontro, que aconteceu na mesma data em que se comemora o Dia da Consciência Indígena.

O grupo debateu a necessidade de elaboração de um relatório com dados específicos de casos de violência dentro das aldeias ou contra mulheres indígenas residentes em centros urbanos. "Sabemos que a violência assola as mulheres sul-mato-grossenses e as estatísticas divulgadas diariamente nos mostram isso. Nas aldeias, a situação também é alarmante. Com um relatório específico, teremos mais força para cobrar políticas públicas mais eficientes", disse a presidente da Comissão Samia Roges Jordy Barbieri.

Para Silvana Terena, subcoordenadora municipal de Assuntos Indígenas, a participação da OAB/MS na elaboração do relatório será um marco na atuação das lideranças em defesa das mulheres. "Com dados mais precisos vamos mostrar que a mulher indígena sofre pela violência e sofre, principalmente, pela dificuldade de acesso à denúncia e pelo preconceito recorrente nas delegacias", afirmou Silvana. A presidente da Comissão, Sâmia Barbieri, complementou dizendo que muitas delegacias acabam encaminhando as indígenas para registro de queixa na Funai, por exemplo, por desconhecimento dos direitos das indígenas.

"Todos nós devemos contribuir para termos um retrato da violência em nosso Estado e esse será um trabalho pioneiro no País", disse Mirian Terena, do Conselho Nacional Mulheres Indígenas. A reunião na OAB/MS contou ainda com a presença da vice-presidente da Copai, Tatiana Ujacow, Élcio Terena, do Conselho Municipal dos Direitos e Defesa dos Povos Indígenas de Campo Grande, Ana Patricia Nassar, membro da Copai, Neila Ferreira Nantes, membro da Copai e da Comissão de Direitos Humanos, entre outras lideranças e advogados.



Programa da Norte Energia reforça saúde nas aldeias do Xingu

SÍTIO O XINGU, 22.01.2014

A saúde indígena é uma das prioridades da Norte Energia na região do Xingu. Por meio do Programa Integrado de Saúde Indígena (PISI) está sendo desenvolvido o fortalecimento da rede de saúde nas aldeias de jurisdição do Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena de Altamira (DSEI/ Altamira), por meio da primeira etapa do curso de formação de Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e de Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN). Com carga horária de 80 horas, o curso acontece de 13 a 24 de janeiro e conta com a participação de 72 indígenas das 36 aldeias e 10 etnias.

A iniciativa conta com o apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai), da Secretária Especial de Saúde Indígena (SESAI) e do DSEI Altamira. As atividades, que começaram em 2013, promovem a reestruturação do modelo de assistência embasado na vigilância em saúde que atua diretamente na prevenção e controle de doenças nas aldeias. A segunda etapa do curso de formação está prevista para setembro de 2014, de acordo com o Projeto Básico Ambiental Indígena (PBA – CI), da Usina Hidrelétrica Belo Monte.

Ações

Durante o ano de 2013 a Norte Energia realizou o curso de capacitação com Oficina de Planejamento e Gestão para 28 gestores do DSEI e da Casa de Saúde Indígena (Casai) no período de 16 a 20 de dezembro 2013. O objetivo foi planejar as atividades que serão realizadas em consonância ao Plano Operacional do PBA-CI, além de oferecer apoio direto na realização da V Conferência Distrital de Saúde Indígena/Altamira e na reunião de reestruturação do Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI), que são de suma importância para fortalecer o novo modelo.

Norte Energia S.A



No AP, sete aldeias indígenas serão realocadas para obra da BR-156

SÍTIO CLIPTV NEWS, 22.11.2014

DNIT aprovou aditivo de R\$ 20 mi para obras de realocação dos índios. 110 quilômetros de rodovia federal ainda precisam ser asfaltados.

Para concluir o processo de pavimentação da BR-156 trecho Norte, entre os municípios de Calçoene e Oiapoque, no Amapá, haverá a realocação de sete aldeias indígenas que ficam em áreas que serão afetadas pelas obras. Para isso, o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT) aprovou um aditivo financeiro de R\$ 20 milhões para a construção de casas, centros comunitários, escolas e postos de saúde, exigências dos indígenas decididas em um comitê gestor formado pela Associação de Caciques de Oiapoque, DNIT, Secretaria do Estado dos Transportes (Setrap) e Ministério Público Federal (MPF).

As sete aldeias são: Anuerá (com 90% de realocação concluída), Ahumã, Estrela, Kariá, Samaúma, Tukay e Ywawka. A realocação dos indígenas é o fator que impede a retomada das obras da BR-156, paralisadas em 2013 e com prazo para conclusão em 2016, conforme prevê Bruno Mineiro, secretário de Transportes. Ao menos 110 quilômetros ainda aguardam pavimentação na rodovia.

"A questão indígena está concluída, pois a liberação ambiental já foi feita pelo IBAMA [Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis] e vamos lançar o edital de licitação em 40 dias para a empresa vencedora iniciar a construção da estrutura", explicou o secretário.

Ainda de acordo com Mineiro, o local para onde os indígenas serão levados também foi decidido pelo Comitê Gestor. Eles permanecerão próximos das antigas áreas, respeitando a margem de 40 metros da beira da rodovia. Com essas alterações, o projeto para a conclusão da BR-156 será readequado para ser retomado em agosto.

Os trechos restantes para asfaltamento correspondem a dois blocos de 55 quilômetros, cada, que partem de Calçoene, a 374 quilômetros de Macapá, até o Rio Cassiporé. O último trecho que segue até Oiapoque, distante 590 quilômetros da capital, já foi asfaltado. A realocação dos índios acontecerá a partir do momento em que o asfaltamento chegar até a área indígena.

Guaíra – Município repassa material escolar para escola indígena
SÍTIO PORTAL GUAÍRA, 22.01.2014



Secretária de Ação Social, Maria Elci Venâncio, secretário de Educação, Idivaldo Capatti, e diretora de escola Mbyja Porã, Marinei Piffer: materiais pretendem estimular índios a continuar estudando

O Município de Guaíra, por intermédio das secretarias de Educação e Ação Social , realizou na segunda-feira (20), a entrega de material escolar para a Escola Estadual Indígena Mbyja Porã, localizada na aldeia Tekoha Marangatú, que fica nas proximidades do Porto Internacional Sete Quedas.

A doação foi concretizada através das ordens de fornecimento 3116, 3117 e 3118/2013 e faz parte de uma política de inclusão social e de apoio à educação.

O termo de doação está amparado na lei orgânica municipal e foi assinado no dia 12 de dezembro do ano passado pelo prefeito Fabian Vendruscolo.

Foram aplicados R\$ 7.451,10 em lápis, canetas, borrachas, apontadores, tesouras e cadernos.

MT – Demarcação de terras quilombolas é exigida em ação civil pública em Cáceres
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.01.2014



Foto: Expressão Notícias

Nesta segunda-feira (20), a comunidade Pita Canudos foi representada pela Defensoria Pública da União (DPU) em Cáceres (MT), que ajuizou uma Ação Civil Pública para obrigar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a União a promoverem estudos e levantamentos necessários à regularização fundiária da área sobre a qual incide a gleba da comunidade.

Em setembro de 2013, a Comunidade Pita Canudos foi certificada pela Fundação Cultural Palmares, entidade veiculada à preservação de manifestações culturais afro-brasileiras, como

remanescente de comunidades de quilombos. No entanto, a regularização do seu espaço ainda não teve início.

Segundo o defensor público federal Hendrikus Simões Garcia, que atua no caso, “a presente Ação Civil Pública tem por objetivo a tutela dos interesses difusos e coletivos de diversas famílias de trabalhadores rurais remanescentes de quilombos que se encontram destituídas de todo e qualquer amparo por parte do poder público, em razão da mora estatal em promover a regularização fundiária de uma considerável parcela de suas terras situada neste município de Cáceres, assim como em desenvolver os trabalhos necessários à implantação de um projeto de assentamento local”.

O outro lado da história

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.01.2014



Encontro. Vicent Carelli exhibe antigas matérias de TV a integrantes de tribo Guarani-Kaiowá

Criador do projeto Vídeo nas Aldeias, Vincent Carelli prepara filme sobre índios Guarani-Kaiowá

Daniel Toledo – Especial para O Tempo

Em outubro de 2012, boa parte da sociedade brasileira se impressionou com a divulgação de uma carta que anunciava a morte coletiva de 170 integrantes de uma tribo indígena do Mato Grosso do Sul. Escrita pelos próprios índios, a carta trouxe à tona o retrato instantâneo de um conflito que há décadas – senão séculos – se estende a diferentes pontos do território brasileiro: a violenta disputa de territórios entre grupos indígenas e grandes produtores rurais.

Foi com a intenção de subsidiar essa discussão e tratar com a devida complexidade a questão indígena brasileira que o antropólogo Vincent Carelli, fundador do projeto Vídeo nas Aldeias, deu início à produção do documentário “Martírio”, com previsão de lançamento para o início do segundo semestre de 2014.

Recentemente impulsionado por uma bem-sucedida campanha de financiamento coletivo, através da qual superou a meta de R\$ 80 mil, o projeto se volta exclusivamente à trajetória

CONT.



dos índios Guarani-Kaiowá, combinando imagens atuais a registros de arquivo, produzidos pelo próprio Carelli ao longo das décadas de 1980 e 1990. “Àquela altura, começava a germinar a organização política de várias tribos brasileiras, dentre as quais os Guarani- Kaiowá”, pontua o cineasta.

“A ideia de fazer um filme sobre a questão do Mato Grosso do Sul já me rondava há alguns anos, mas, após os assassinatos de 2012, a questão se mostrou emergencial. Achei, então, que era tempo de retomar esse filme e rebater versões que tratam os índios como ‘invasores’ e até mesmo ‘assassinos’”, justifica, para em seguida apresentar uma visão ampliada em torno do conflito.

“Queremos esclarecer que não se trata de um embate político sobre questões de terra, mas de um embate entre duas perspectivas de mundo”, defende Carelli, 59, há mais de 40 anos envolvido na defesa dos direitos de povos indígenas brasileiros.

Histórico

Se, aos olhos de muitos, o conflito entre as tribos Guarani-Kaiowá e os grandes produtores rurais do Mato Grosso do Sul teria ganhado relevância somente nos últimos anos, Carelli menciona aspectos históricos que devem ganhar destaque em “Martírio”. “Pouca gente sabe, por exemplo, que o debate se refere a regiões disputadas durante a Guerra do Paraguai, e que até hoje os ruralistas acusam os índios de não serem brasileiros, mas, sim, paraguaios. Esse é um argumento que surgiu lá na década de 1940 e, infelizmente, é usado até hoje, tanto na mídia quanto no Congresso”, observa.

As mesmas terras, conta o cineasta, serviram ao império da companhia Erva Mate Laranjeiras, que por décadas ocupou o território Guarani-Kaiowá, não raro empregando os próprios índios como peões. “Depois disso, houve um processo igualmente excludente de loteamento e venda desses terrenos”, relata, chamando atenção à irresponsabilidade de governos anteriores em relação à negociação de terras indígenas.

É a esse contexto, assim como aos anos que o sucederam, que se refere o material de arquivo produzido pelo cineasta. “Além de depoimentos dos próprios índios, vamos utilizar matérias de televisão sobre os vários despejos realizados naquela época. É preciso jogar luz sobre essa violência”.

Com grande parte do material já gravado, o documentarista planeja uma nova viagem ao Mato Grosso do Sul entre fevereiro e março, com a intenção de registrar o período de colheita da soja. “Como uma espécie de contraponto à pobreza e à precariedade que caracterizam a vida dos índios naquela região, vamos trazer algumas cenas de rodeios e também do agronegócio, duas forças que movimentam o Estado”, adianta.

Ainda que festivais de cinema e documentário surjam como importantes destinos de “Martírio”, Carelli chama atenção para o caráter público do longa, sobretudo quando considerada a sua forma de financiamento. “É claro que ele deve circular por diferentes festivais, mas é antes de tudo um filme de domínio público, que surge como fruto de um movimento e certamente será

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 12./ 2014

Brasília, 22 de janeiro de 2014.

disponibilizado ao público por meio da internet”, garante o diretor de “Corumbiara” – finalizado em 2009 e realizado a partir de conflito semelhante no Estado de Rondônia, o documentário sagrou-se vencedor dos prêmios de melhor filme e diretor no 37º Festival de Cinema de Gramado.



Delegada confirma participação de filho de fazendeiro em crime contra quilombolas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.01.2014

A ação violenta deixou 11 pessoas feridas na cidade de Verdelândia, Norte de Minas. João Fábio Dias, o Joãozinho, filho do atual proprietário da área invadida pelos quilombolas, está foragido

Luiz Ribeiro – Estado de Minas

Uma equipe da Delegacia Especializada em Crimes Contra o Meio Ambiente e Conflitos Agrários foi enviada para Verdelândia, Norte de Minas, a fim de investigar o ataque por cerca de 10 a 12 homens encapuzados e fortemente armados a trabalhadores sem-terra, integrantes de comunidades quilombolas que tinham ocupado uma propriedade rural da região. O fato ocorreu domingo à tarde.

Na terça-feira, a delegada Andréa Pochmann, que comanda a investigação, confirmou que o fazendeiro João Fábio Dias, o Joãozinho (filho do atual proprietário da área), participou da ação violenta, na qual 11 pessoas ficaram feridas, sendo que duas delas foram baleadas, mas sobreviveram. Ele está foragido.

A delegada informou que os suspeitos de participação no ataque aos quilombolas, ocorrido na Fazenda Torta, deverão ser indiciados pelos crimes de tentativa de homicídio, formação de quadrilha e furto. Ela considerou que os quilombolas os remanescentes de escravos que estavam na área (em torno de 25 pessoas) foram vítimas de uma "ação extremamente violenta". A propriedade onde ocorreu o episódio violento, embora pertença ao município de São João da Ponte (localizada na região do Rio Arapuim), fica mais próxima de Verdelândia (a quatro quilômetros do distrito de Limeira e a 23 quilômetros da sede municipal).

Com base em depoimentos das vítimas, Andrea Pochmann disse que os homens encapuzados, que estavam num caminhonete Hillux e em outro veículo (provavelmente uma Pajero), portavam espingardas de grosso calibre (.12), pistolas e revólveres. Os desconhecidos teriam dito que eram policiais. Também teriam iniciado os disparos assim que chegaram às áreas. 'Eles ordenaram que deitassem não chão e não olhassem para cima. As pessoas foram agredidas com coronhadas e chutes na cabeça. Além disso, os agressores atiraram contra aquelas pessoas que saíram correndo, tentando fugir', disse a policial, explicando que as características da ação informadas pelas vítimas demonstram que a intenção dos homens encapuzados e fortemente armados não era apenas amedrontar os ocupantes da propriedade rural.

Ontem, um dos feridos no ataque aos quilombolas, Gustavo Santos, recebeu alta no Hospital Regional de Janaúba. Ele foi atingido com um tiro na barriga. Continua internado na Santa Casa de Montes Claros José Soares Mendes, o Zé Gato, que é vereador em Verdelândia pelo DEM e também foi baleado durante a ação violenta. O vereador não corre risco e também será ouvido pela delegada Andréa Pochmann.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 12./ 2014

Brasília, 22 de janeiro de 2014.

A Fazenda Torta, que motiva disputa entre remanescentes de escravos e fazendeiros, faz parte da antiga fazenda Morro Preto (total de 12 mil hectares), que pertenceu ao falecido empresário e político Aquiles Diniz, de Belo Horizonte. Ontem, a delegacia regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Minas informou que uma área de 1,8 mil hectares do imóvel será objeto de ação de desapropriação a ser ajuizada pelo órgão dentro dos próximos 15 dias.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.

vc repórter*: ministro da Saúde visita tribo indígena isolada no Pará
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.01.2014



Ministro Alexandre Padilha visitou índios da tribo Zoé, que vivem isolados em cidade do interior paraense
Foto: Twitter / Reprodução

Terra – O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, visitou, na última segunda-feira, a tribo indígena da etnia Zoé, localizada no interior de Óbidos, no Pará. Durante o encontro, o político assinou uma portaria que estabelece novas estratégias na área da saúde para os povos indígenas e a criação de um Plano de Contingência na área para situações graves, como surtos epidêmicos.

A visita também marcou a entrega de um consultório odontológico e o anúncio da aquisição de um gerador exclusivo para o uso na unidade de saúde instalada na aldeia.

“No final dos 90, conheci os Zoé. À época, doenças como a malária e a pneumonia quase dizimavam este povo isolado. Hoje, além de salvá-los, eles são mais numerosos e mais saudáveis. Tanto tempo depois, volto ao Zoé, junto com a presidente da Funai, como marco para transformarmos em regra nacional para índios isolados o trabalho feito aqui”, disse o ministro.

O modelo proposto prevê que a intervenção mínima do Estado, de modo a promover medidas sanitárias preventivas e de emergência. A tribo Zoé possui atualmente população de 254 indígenas, divididos em 11 aldeias.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 12./ 2014

Brasília, 22 de janeiro de 2014.

Segundo o Ministério da Saúde, em todo o País, cerca de 640 mil indígenas habitantes de áreas demarcadas recebem cuidados do Ministério da Saúde por meio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). Ao todo, são 15 mil médicos, enfermeiros, técnicos, odontólogos, psicólogos e agentes responsáveis pelo atendimento.

*O internauta Roberto Meira, de Brumado (BA), participou do vc repórter, canal de jornalismo participativo do Terra. Se você também quiser mandar fotos, textos ou vídeos

“Índios” invadem fazenda e promovem incêndio na Bahia

SÍTIO BLOG GUILHOTINA, 22.01.2014



O clima é de tensão na zona rural de Itapebi. Supostos índios invadiram, na tarde do último sábado (18), pequenas propriedades na região do Barro Vermelho, e, conforme as informações dos pequenos fazendeiros utilizando armamento pesado, fizeram os proprietários e funcionários de reféns durante a tarde e noite do sábado para domingo numa das propriedades e depois a luz do dia rumaram para as fazendas vizinhas expulsando as pessoas até chegar na fazenda Barro vermelho onde vive o senhor Francisco Pereira da Silva (Chico de Shueu), com sua esposa dona Maria de Freitas Silva (D. Lurdes).

Conforme informações do casal, os supostos índios chegaram usando armas de fogo exigindo armas e obrigando-os a ficar juntos no canto da varanda enquanto eles adentraram na casa e começaram a quebrar os moveis numa ação de puro vandalismo, quando em seguida foram para o secador de cacau e deposito da fazenda atearam fogo em tudo. Queimaram a barçaça e o deposito onde era guardadas as selas e cangaia e implementos da Fazenda. Conforme informações do senhor Francisco, o material de trabalho na fazenda como selas, cangaia e os arreios foram levados pelos invasores.

As invasões começaram por volta das 16h00 do sábado (18) e perdurara até a chegada Policia Militar quando os policiais impediram que os invasores levassem a carne de uma novilha que segundo o proprietário, fora abatida a tiros. Segundo os pequenos fazendeiros, as propriedades invadidas até o momento são as de Maciel, roxo, Salvador, D. Maria, Zé de Bazona, Arisvaldo e Chico de Chueu. Nesta segunda-feira o delegado de Policia Civil de solicitou Itapebi uma

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 12./ 2014

Brasília, 22 de janeiro de 2014.

equipe da Polícia Técnica onde escoltados pela Polícia Militar comandados pelo Capitão Marcos Laurentino estiveram na Fazenda barro Vermelho onde os policiais técnicos colheram material e fotografaram o local para a devida pericia. O casal Chico de Shueu e dona Lurdes da Fazenda Barro Vermelho, aproveitando a presença dos policiais militares no local pegaram o que podiam levar em carros de amigos e foram para um local mais seguro porque segundo informações dos invasores estaria chegando para a região em torno de 100 índios vindo do município de Pau Brasil.

Itapebi Acontece

Acusada de matar índios em confrontos, Gaspem Seguranças será fechada
SÍTIO TÁ NA MÍDIA NAVIRAI, 22.01.2014



[caarapó news] Funcionários da empresa também são acusados da morte dos índios

O MPF (Ministério Público Federal) em Mato Grosso do Sul anunciou que conseguiu a suspensão imediata de todas as atividades da empresa Gaspem em Mato Grosso do Sul. A Polícia Federal deve lacrar a sede da empresa, que funciona na Vila Industrial em Dourados. A Justiça aceitou os argumentos do MPF e considerou que há “perigo de novas agressões e ilícitos” executados pela Gaspem, cujos serviços de segurança em propriedades em litígio (consideradas terras tradicionais pelos indígenas) é feito mediante contrato com fazendeiros.

A Gaspem oferece serviços de segurança em propriedades com conflito fundiário e é acusada de executar ataques contra comunidades indígenas, que resultaram em dezenas de feridos e na morte de duas lideranças. Ela funciona irregularmente desde 14 de novembro de 2012, data em que venceu autorização de funcionamento expedida pela Polícia Federal, segundo o MPF.

De acordo com depoimentos, a empresa chegava a receber R\$ 30 mil para cada desocupação. Os seguranças da Gaspem eram contratados para intimidar e aterrorizar as comunidades em atuações que, para o Ministério Público, caracterizavam desvio da finalidade da empresa, constituída para “prestar segurança privada em imóveis urbanos, rurais e eventos”.

Para o Ministério Público Federal, a Gaspem é “um grupo organizado o qual dissemina violência contra os guarani-kaiowá do cone sul do Estado de Mato Grosso do Sul através de pessoas brutais nominadas 'vigilantes', na maioria das vezes sem qualificação para o exercício da atividade, portando armamento pesado e munições, a fim de praticarem atos contrários ao ordenamento jurídico e à segurança pública”.

CONT.



Milícia privada

Em Mato Grosso do Sul, desde 2005 há registros de casos de violência rural com envolvimento da Gaspem. Há relatos de ameaças feita por funcionários da empresa à comunidade guarani-kaiowá Apyka'i (Curral do Arame), cujos barracos foram destruídos em incêndio ocorrido em agosto de 2013 na BR 463.

Em 2009, a mesma comunidade teve seus barracos criminosamente queimados. A participação da Gaspem no episódio está sendo investigada, além do possível envolvimento da empresa nos ataques às comunidades Lagoa Rica, Laranjeira Ñanderu, Ñaderu Morangatu, Sombreiro, Pyelito Kuê e Guaiviry, todas próximas a áreas reivindicadas como tradicionalmente indígenas.

Funcionários da empresa também são acusados da morte dos índios Dorvalino Rocha e Nízio Gomes, em processos que tramitam na Justiça Federal de Ponta Porã. OMPF também pede o bloqueio de R\$ 480 mil a título de dano moral coletivo.



Índios denunciam que sementes estão se estragando na secretaria

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 22.01.2014

Pelo menos três toneladas de sementes de milho e feijão estariam se estragando na Secretaria Estadual do Índio (SEI), no Parque Anauá, segundo denunciou o líder do movimento indígena Rondinele Abel Moraes, da comunidade Volta do Teso, região da Raposa Serra do Sol, Município de Normandia. O movimento reúne, pelo menos, 40 índios num acampamento improvisado, nos fundos da SEI, no Parque Anauá, onde estão há cinco dias.

"As sementes estão apodrecendo por não terem sido distribuídas na época certa para as comunidades indígenas de Roraima", frisou Rondinele, afirmando que vai continuar acampado até ser atendido pelo governador Anchieta Júnior (PSDB) para indicar o advogado indígena Weston Raposo para assumir a Secretaria Estadual do Índio (SEI).

"Estamos sabendo que o governador não vai atender às pressões, mas até quando vamos ter que aguentar isso? Há mais de dez anos que a Secretaria Estadual do Índio foi criada e até hoje as 278 comunidades indígenas ainda aguardam atendimento favorável", criticou. "São mais de R\$ 6 milhões por ano de orçamento e nada chega às comunidades, não há transporte, estradas, pontes e nem ajuda para as comunidades a tirarem sua produção para vender", disse.

Ele criticou também a ausência de políticas públicas na educação e citou a falta de incentivos para os indígenas que saem das comunidades para estudar na cidade. "Não há apoio nem para a educação indígena, nem para a agricultura, falta tudo e não aguentamos mais. Esse movimento é para levantar Roraima e cobrar educação de qualidade nas comunidades e a própria Secretaria do Índio não oferece nada, e só funciona como cabide de emprego", frisou.

CARGOS - Além de exigir a nomeação de Weston Raposo para assumir a Secretaria Estadual do Índio, o líder do movimento, Rondinele Abel Moraes, quer a nomeação de, pelo menos, 48 cargos comissionados na SEI.

"São quase oitenta funcionários na Secretaria do Índio e, nestes dias em que estamos aqui, não apareceu nem quarenta para trabalhar, muitos só vêm assinar a folha de frequência. Vamos denunciar ao Ministério Público a existência de funcionários fantasmas e, no meio destes, há até indígenas", afirmou.

Ele explicou que os 48 cargos exigidos serão distribuídos entre líderes de organizações e associações indígenas de todo o Estado. "Queremos trabalhar e não ficar como muitos que são apenas 'gafanhotos' que só assinam a folha de frequência", frisou. (RR)